



PROJETO PILOTO: “FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ”.

1. Apresentação

O Projeto Fortalecimento da Educação no Estado do Pará surge do anseio do Tribunal de Contas em contribuir para a melhoria da qualidade da educação e fortalecimento das políticas públicas de educação no estado do Pará, cuja fase inicial (projeto piloto) contempla os municípios da região do arquipélago do Marajó.

A definição da Região do Marajó para realização do projeto piloto se deu em virtude dos dezesseis municípios - Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure, reunirem as características peculiares geográficas, climáticas e culturais, além de apresentarem cenário de extrema pobreza decorrente de sua economia fragilizada que resulta em baixos Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, com os indicadores sociais indicando baixa qualidade da educação, que dentre ele apontam elevadas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

O projeto piloto será realizado por meio de coleta de informações que proporcionem conhecimento da efetiva realidade educacional do Marajó, elaboração de diagnóstico decorrente dos dados coletados, proposição de soluções para elevação dos índices de desenvolvimento da educação, e monitoramento do acatamento e execução das medidas sugeridas, sem prejuízo do cumprimento da missão institucional desta Corte de Contas, de orientar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Ato contínuo, configurada a realização do projeto na Região do Marajó, essa metodologia poderá ser replicada aos demais municípios paraenses conforme deliberação dos Conselheiros Relatores e Plano Anual de Fiscalização - PAF TCM PA.

Para concretização dos objetivos pretendidos serão convidados, a participar do projeto, instituições e organizações com o anseio de melhoria da educação dos municípios

marajoaras para somarem esforços e conjuntamente atuarem de forma colaborativa, dialógica, indutora e incentivadora.

2. Elaboração: Grupo de Trabalho do Projeto Piloto “FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ” que deverá ser composto por servidores da Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação, Gabinetes dos Conselheiros e Controladorias.

3. Problematização

A educação, nos termos da Constituição Federal, é um direito fundamental de natureza social e garantindo como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 6º e art. 205).

O acesso à educação é um direito público subjetivo e é dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizarem, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino, observando dentre outros, o princípio que garante a igualdade de condições para o acesso e permanência nas escolas, nos termos da Carta Magna (art. 206, I, e art. 208, §1º).

Os recursos orçamentários direcionados para a área de educação devem ensejar promoção e o desenvolvimento econômico e social, porém, em que pese a vinculação, por determinação legal, de recursos para a educação pública, o cenário atual evidencia que esta se apresenta extremamente deficiente nos municípios do Estado do Pará.

O IDEB de 2019 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que combina os resultados da proficiência obtida pelos estudantes na PROVA BRASIL e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar e que mede a qualidade da educação no Brasil, demonstra que apesar de ter ocorrido avanço, a meta nacional não foi cumprida, tampouco está próxima da meta calculada pelo Ministério da Educação – MEC, que tem como parâmetro o nível de

qualidade educacional médio dos países que integram a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Nesse contexto o Pará obteve nota **4,7 nos anos iniciais, superando** a meta estipulada de **4,6**, entretanto, ocupa a **26ª** posição em relação aos demais estados da Federação, à frente apenas do estado de Sergipe com nota **4,6**.

Nos anos finais o Pará não conseguiu alcançar a meta nacional de **4,9**, tendo atingido a nota de **3,9**, ocupando também o **26º** lugar empatado com o estado da Paraíba e à frente dos estados do Rio Grande do Norte e Sergipe que atingiram nota **3,6**, situação preocupante e que em um contexto de pandemia tende a se tornar mais grave aumentando as desigualdades nos níveis de aprendizagem e a evasão escolar.

Diante de um cenário de extrema pobreza e exclusão social, 08 (oito) municípios da Região do Marajó figuram dentre os 50 (cinquenta) municípios do Brasil com o menor **IDH**, sendo registrado o pior índice no município de **Melgaço**, onde os indicadores educacionais apresentam baixíssimo **IDEB** e elevados índices de analfabetismo e de distorção idade-série.

Somando-se a isso, o resultado apresentado no Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE – 2020, realizado pelo INEP e apresentado na Plataforma TC Educa destaca que 10 municípios da região do Marajó descumpriram a meta 1A, que deveria ter sido atingida até 2016, e ainda, aponta risco de descumprimento pelos 16 municípios das metas 1B e 2A, cujo prazo expira em 2024.

Os indicadores apresentados pelas fontes oficiais expressam os níveis de habilidade cognitiva dos alunos, porém não são suficientes para refletir o cenário completo do processo educacional, restando necessária a averiguação de outros fatores vivenciados no dia a dia imprescindíveis para a realização do diagnóstico da qualidade do ensino público, em especial no Marajó, em razão de suas específicas características geográficas, regionais e culturais.

Nesse sentido, MACHADO; ALAVARSE; OLIVEIRA, 2015, ressalta que a qualidade na educação envolve fatores intraescolares relacionados com a qualidade (currículo, formação

docente, gestão escolar, avaliação da aprendizagem, condições de trabalho, infraestrutura das escolas, dentre outros); e fatores extraescolares (condições de vida da população, capital econômico, cultural e social das famílias dos alunos, entorno social da escola, distribuição de renda, violência, dentre outros).

Assim, é correto considerar que a melhoria da qualidade do ensino não deve ser pensada unicamente por investimentos em infraestrutura e/ou qualificação permanente de profissionais da educação, mas também, na operacionalidade da gestão escolar.

Com efeito, diante da realidade vivenciada pela rede pública municipal da Região do Marajó, este projeto visa responder o seguinte questionamento:

Como contribuir para a melhoria da qualidade da educação municipal na Região do Marajó, além das atividades rotineiras de fiscalização da aplicação dos recursos públicos, diante do fato de que as resoluções são diversificadas e dependentes de várias instituições, tendo como desafio sugerir soluções para o enfrentamento de uma realidade preocupante na qual as redes apresentam baixos índices educacionais, infraestrutura dos estabelecimentos escolares deficitária e não priorização da valorização dos profissionais da educação?

4. Objetivo Geral:

Contribuir para o Fortalecimento da qualidade da educação municipal na região do Marajó, através da melhoria do acesso, a permanência, o aprendizado e a conclusão dos alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas públicas municipais, com ênfase em 7 (sete) dimensões: fortalecimento da gestão da Secretaria e das Escolas Municipais; universalização do ensino; infraestrutura; merenda escolar; transporte escolar; valorização do profissional do magistério; fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros).

5. Objetivos Específicos:

5.1. Auxiliar no fortalecimento da gestão da Secretaria e das Escolas Municipais;

-
- 5.2.** Acompanhar o alcance das metas do PNE que irão garantir o acesso à universalização da alfabetização e do ensino fundamental, inclusão e permanência do educando na etapa e idade recomendada e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais;
- 5.3.** Contribuir para a melhoria da infraestrutura física dos espaços educacionais;
- 5.4.** Avaliar e induzir melhorias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- 5.5.** Avaliar e induzir melhorias na execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) nos municípios;
- 5.6.** Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão municipal no que se refere a priorização da valorização dos profissionais da educação, quanto a garantia dos direitos a uma remuneração justa e no fortalecimento ao exercício de sua atuação no processo ensino aprendizagem;
- 5.7.** Auxiliar no fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e das Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros) – Gestão Democrática.

6. JUSTIFICATIVA

Fortalecer a educação pública municipal exige mobilização coletiva de toda a sociedade paraense com a finalidade de possibilitar às crianças, adolescentes, jovens e adultos, uma educação com universalização de acesso e de qualidade no ensino.

Em um ambiente de grandes desafios e recursos limitados para o alcance de uma educação pública com universalização de acesso e qualidade no ensino é fundamental que as ações sejam organizadas e planejadas no sentido de garantir os investimentos necessários em infraestrutura, qualificação permanente de profissionais da educação, reforço à gestão pedagógica do ensino nas escolas, dentre outras, com foco nos resultados dos desempenhos alcançados, através do acompanhamento sistemático da execução das ações/estratégias e da avaliação periódica do processo ensino aprendizagem durante o ano letivo, adotado como um processo permanente de gestão.

O TCMPA no cumprimento de sua missão institucional de orientar e fiscalizar a administração pública quanto a boa e regular gestão dos recursos públicos municipais, desenvolve também ações que permitam verificar se a aplicação dos recursos está trazendo benefícios reais à sociedade e, no caso dos recursos da educação, avaliar a oferta de uma educação pública de qualidade que garanta o acesso, permanência e conclusão do ensino para os alunos matriculados nas redes municipais de ensino.

Assim, o presente projeto visa propor medidas alternativas para o fortalecimento da educação pública municipal, por meio de uma atuação coletiva de diversas entidades envolvidas na área educacional do Pará e do Brasil, de forma que cada entidade participante possa contribuir desenvolvendo ações em consonância com suas respectivas atribuições.

7. METODOLOGIA

O projeto será realizado em 4 (quatro) etapas, sendo: **a primeira etapa** iniciada com o levantamento dos indicadores educacionais coletados de fontes oficiais e, complementado por aplicação de questionário composto por 48 (quarenta e oito) questões com respostas objetivas e subjetivas, elaborado em parceria com o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional – IEDE, cujas questões abordarão às dimensões estabelecidas no objetivo geral do projeto. A aplicação do questionário será efetuada por meio de entrevista junto aos Secretários Municipais de Educação e Coordenadores Pedagógicos. Em ação contínua será realizado um levantamento “in loco” com o objetivo de conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos vinculados à educação municipal. A conclusão dessa etapa, resultará na elaboração de diagnóstico, cujas informações, alimentarão a plataforma QEDU Gestão, elaborado também pelo IEDE, em um ambiente específico para os municípios do Arquipélago do Marajó; **na segunda etapa** proposição de soluções para elevação dos índices de desenvolvimento da educação nos municípios marajoaras, consolidados em um plano de ação; **na terceira etapa** serão proporcionados cursos e palestras de capacitação e orientação para fortalecimento da gestão com a participação de entidades convidadas e, **a quarta etapa** consistirá no monitoramento do acatamento e execução das medidas sugeridas.

O desenvolvimento do trabalho envolve a criação de uma rede de trabalho composta por diversas entidades relacionadas à educação municipal, seja do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, e também entidades não-governamentais, voltadas para a implementação e o desenvolvimento das ações contempladas no Projeto que compreendam uma atuação na forma de orientação, formação, capacitação, acompanhamento e avaliação caracterizada pela eficiência e eficácia que garantam a qualidade nos trabalhos, a sustentabilidade do Projeto e contribua para a efetividade das políticas públicas educacionais.

Nesse primeiro momento de elaboração deste Projeto, já houve o envolvimento de representantes dos Tribunais de Contas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, que participam ativamente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa – CTE-IRB, do IEDE e do Instituto Articule, ambos com atuação e conhecimentos na área educacional brasileira. Esses parceiros iniciais serão de fundamental importância para a continuidade e desenvolvimento dos trabalhos.

Nesta mesma linha de atuação, o Projeto ampliará a parceria com as instituições da Rede de Controle da Gestão Pública no Pará, que acompanham e fiscalizam os entes públicos; com a Universidade Federal do Pará – UFPA e a Universidade do Estado do Pará – UEPA, que possuem em sua estrutura cursos superiores na área da Educação e campus na Região do Marajó, além de programas de capacitação voltados para os profissionais da educação; com instituições representativas do segmento educacional, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME, ambos com atuação local; com as Câmaras Municipais da Região do Marajó, que precisam atuar de forma mais efetiva no acompanhamento do desenvolvimento da Educação em seus municípios; e com outras entidades que possam contribuir e somar esforços para o desenvolvimento deste Projeto.

DETALHAMENTO:

Eixo 1- Auxiliar o fortalecimento da Gestão e Escolas Municipais:

A realização de entrevistas com os secretários municipais e coordenadores pedagógicos vai permitir que se identifique fragilidade na gestão municipal no que se refere ao planejamento das ações e programas educacionais, demonstrando necessidade de aprimoramento e orientação em relação a execução dos recursos destinados à educação.

O aperfeiçoamento da gestão municipal na boa e regular aplicação dos recursos públicos é o objetivo deste Eixo, tendo como público-alvo os secretários municipais de educação, os dirigentes das escolas municipais e as equipes de controle interno das secretarias de educação.

Eixo 2 - Acompanhar o alcance das metas do PNE que irão garantir o acesso à universalização da alfabetização e do ensino fundamental, inclusão e permanência do educando na etapa e idade recomendada e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais;

Há necessidade de verificar compatibilidade do Plano Municipal de Educação com o Plano Nacional de Educação, avaliar se as estratégias para o cumprimento das metas foram contempladas nos orçamentos municipais, levantar a demanda manifesta, e incentivar as redes para realização da busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola e do uso da Plataforma Busca Ativa do UNICEF.

Eixo 3. Contribuir para a melhoria da infraestrutura física dos espaços educacionais.

Levantar a situação da infraestrutura dos estabelecimentos escolares, e orientar os gestores municipais no sentido de otimizar a utilização dos recursos da educação (FUNDEB, Salário Educação, PAR e FPM).

Eixo 4. Avaliar e induzir melhorias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios

Acompanhar a execução do PNAE, utilizando as diretrizes do Projeto “TCM nas Escolas” no que se refere ao Planejamento, aquisição e distribuição.

Eixo 5. Avaliar e induzir melhorias na execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) nos municípios;

Acompanhar a execução do PNATE por meio das diretrizes do Projeto “TCM nas Escolas” no que se refere ao Planejamento (georrefenciamento), contratação e qualidade do atendimento.

Eixo 6. Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão municipal no que se refere a priorização da valorização dos profissionais da educação, quanto a garantia dos direitos a uma remuneração justa e no fortalecimento ao exercício de sua atuação no processo ensino aprendizagem

Avaliar o planejamento estratégico do município em relação ao dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior;

Articular com diversas entidades da área educacional a oferta de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício;

Estimular a adoção de políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, promovendo a atualização do PCCR e em particular a observância ao pagamento do piso salarial nacional profissional;

Realizar levantamento junto às redes para identificar o quantitativo dos profissionais da educação que compõem o quadro efetivo no sentido de possibilitar o cumprimento da **Meta 18.1/PNE**, que estabelece 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes, sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

Eixo 7. Auxiliar no fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e das Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros) – Gestão Democrática

Promover encontros de formação técnica com os membros de Unidades Executoras (Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres, etc.) e os gestores escolares para melhoria dos gastos e prestação de contas dos recursos que chegam até as escolas; reforçando o princípio da Gestão Democrática nas escolas, possibilitando a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão participativa nas escolas;

Promover a realização de encontros de formação técnica com os membros de Conselhos de Controle Social (Conselho de Alimentação Escolar-CAE, Conselho Municipal de Educação e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB-CACS FUNDEB), no sentido de aperfeiçoar as atribuições dos mesmos no acompanhamento da execução e prestação de contas dos recursos destinados à educação;

Avaliar a efetividade do funcionamento dos Conselhos de Controle Social.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

Eixo / Ações	2021	2022	2023	2024
Realização de Entrevistas com os Secretários Municipais e Coordenadores Pedagógicos	X			
Realização de Pesquisa de Campo	X			
Elaboração do Diagnóstico	X			
Eixo 1- Auxiliar o fortalecimento da Gestão e Escolas Municipais				
Capacitação dos secretários municipais, dirigentes das escolas municipais e das equipes de controle interno das secretarias de educação	X	X		
Eixo 2 - Acompanhar o alcance das metas do PNE que irão garantir o acesso à universalização da alfabetização e do ensino fundamental, inclusão e permanência do educando na etapa e idade recomendada e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais		X	X	X
Verificar compatibilidade do PME com o PNE		X	X	X
Avaliar a compatibilidade do cumprimento das metas com os orçamentos municipais		X	X	X
Incentivar as redes para realização da busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola e do uso da Plataforma Busca Ativa do UNICEF		X	X	X
Eixo 3. Contribuir para a melhoria da infraestrutura física dos espaços educacionais				
Levantar a situação da infraestrutura dos estabelecimentos escolares				
Orientar os gestores municipais no sentido de otimizar a utilização dos recursos da educação		X	X	X
Eixo 4. Avaliar e induzir melhorias na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios				
Acompanhar a execução do PNAE		X	X	X
Eixo 5. Avaliar e induzir melhorias na execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) nos municípios				
Acompanhar a execução do PNATE		X	X	X
Eixo 6. Contribuir para o aperfeiçoamento da gestão municipal no que se refere a priorização da valorização dos profissionais da educação, quanto a garantia dos direitos a uma remuneração justa e no fortalecimento ao exercício de sua atuação no processo ensino aprendizagem				
Avaliar o planejamento estratégico do município em relação ao dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior		X	X	X
Articular com diversas entidades da área educacional a oferta de cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da atuação docente, em efetivo exercício		X	X	X

Eixo / Ações	2021	2022	2023	2024
Estimular a adoção de políticas de valorização dos(as) profissionais do magistério, promovendo a atualização do PCCR e em particular a observância ao pagamento do piso salarial nacional profissional		X	X	X
Realizar levantamento junto às redes para identificar o quantitativo dos profissionais da educação que compõem o quadro efetivo no sentido de possibilitar o cumprimento da Meta 18.1/PNE		X	X	X
Eixo 7. Auxiliar no fortalecimento da atuação dos Conselhos de Controle Social e das Unidades Executoras (Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, entre outros) – Gestão Democrática				
Promover encontros de formação técnica com os membros de Unidades Executoras (Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres, etc.) e os gestores escolares para melhoria dos gastos e prestação de contas dos recursos que chegam até as escolas		X	X	X
Promover a realização de encontros de formação técnica com os membros de Conselhos de Controle Social		X	X	X
Avaliar a efetividade do funcionamento dos Conselhos de Controle Social		X	X	X